

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — Lisboa
Director Interino: António G. Calvinho

Composição e impressão:
TIP. ESCOLA DA A. D. F. A.
Rua de Artilharia Um — LISBOA

EDITORIAL

Os grandes e decisivos passos que a revolução portuguesa tem dado em frente devem-se, até aqui, às tentativas de golpes reaccionários.

O Povo, grande obreiro da Revolução, empenhado na luta contínua pelo avanço do processo, quando dos golpes gorados, utilizou sempre a sua determinação revolucionária e exigiu, como resposta imediata, a passagem a nova etapa.

Este o papel do Povo. E o papel dos responsáveis oficiais? Dos Ministros, dos Secretários, dos Presidentes, dos Conselheiros, dos Generais, dos...?

A arrancada para o 25 de Abril começou com «O POVO É QUEM MAIS ORDENA», mas logo a seguir foi Spínola quem mais pretendeu ordenar. Mas o Povo não deixou, porque esse Spínola não era Povo. E foi Palma Carlos que pretendeu ordenar e o Povo não deixou. E foram os Generais da Junta e o Povo não deixou. E são agora outros tantos outros, mas o Povo não deixará. O poder será dos trabalhadores, dos operários e dos camponeses, dos que alimentam Portugal, dos que se alimentam a si próprios e as suas famílias e que com o seu suor têm enchido a pança dos capitalistas.

O suor dos trabalhadores não poderá jamais ser alimento dos opressores e dominadores; o suor dos trabalhadores será a argamassa firme da construção da sociedade socialista. Os trabalhadores, mais o seu suor, mais o que produzem, mais o que constróiem são a Pátria. Os outros não são Pátria, e não vale a pena continuarem a pretender dizer-nos que a Pátria são eles mais os seus territórios, mais os seus iates, mais as suas vivendas, porque nós já não somos criancinhas de escola primária são nossos filhos e nós professores dos nossos filhos.

Os operários, os camponeses e os soldados sabem o que é a Pátria sabem que a Pátria são eles, querem conquistar a Pátria, querem conquistar-se a si próprios, querem ser livres.

E os senhores partidos políticos? Cada senhor partido político pensa que a Pátria é ele; cada senhor presidente de cada senhor partido político pensa que deverá ser patrão-mor da Pátria.

Que estranho! Os trabalhadores portugueses, sem cultura e sem conhecimento da história, sabem mais que os senhores letrados presidentes de partidos: os últimos, pretensos exímios sabedores, desconhecem que a história evoluiu, acreditam que hoje ainda se con-

(continua na pág. 2)

HUMANISMO E REVOLUÇÃO

É evidente, e certamente redundante afirmar que atravessamos um momento de crise. Pensamos ser isso do conhecimento geral de

medidas imediatas tomadas, e acontecimentos de entrave na revolução. Tais acontecimentos têm sido

(continua na pág. 2)



25 de Abril — 28 de Setembro — 11 de Março... Até quando?!

todos os cidadãos conscientes da posição política actual consequência da instabilidade económica em que se debate o nosso país e da sua vulnerabilidade à acção de factores de desagregação já desencadeados, e bem assim devido à inevitável interligação política ao facto económico que nos pode conduzir a uma situação de grande gravidade, inegável, retardadora do processo revolucionário e da rápida ascensão ao Socialismo em Liberdade.

Depois que a situação se desanuviou depois do golpe contra-revolucionário do 11 de Março e das

INQUÉRITO AOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS
Pág. 5

OIÇA ÀS 4.^{as} FEIRAS
ENTRE AS 12,30 e AS 13 H.
O PROGRAMA DE RÁDIO
DA ADFA — NA
EMISSORA NACIONAL
Tempo cedido pela
5.^a DIV. do E.M.G.F.A.

TIVE QUE FUGIR

CAMARADAS :

Caso me seja, autorizado gostaria de responder, através do nosso «ELO», ao camarada Manuel Custódio, a alguns pontos relacionados com a entrevista que concedeu ao «ELO» N.º 10 do dia 15 de Maio p. p. cujo o título em ADFA ACUSA era «Os responsáveis das condições existentes no Hospital Militar Principal».

Camarada Manuel é muito possível que as longas linhas que inseriste no nosso «ELO» em algo possam influenciar os responsáveis dos serviços do HMP ou então, como já vem sendo hábito, burrifam-se pura e simplesmente no que leram «arquivando» de imediato o Jornal no primeiro caixote do lixo que se lhes deparar.

Começas, Manuel, por falar das Urgências e do Anexo, citando as anomalias aí existentes; meu Deus, Manuel, como tu és bondoso.

Dizes a certa altura: — "No aspecto de humanidade também se deixa muito a desejar na medida em que se criam indivíduos sem as mínimas condições para o serviço que vão desempenhar e eles chegam aqui e algumas vezes vêm-se aflitos para fazer qualquer coisa porque não sabem. Outras vezes improvisam e a coisa sai bem feita".

Deduzo que te referes à classe de enfermagem; se assim é devo dizer-te que se encontram rapazes que até já eram enfermeiros na vida civil e, nesses casos, somos nós,

(continua na página 2)

Humanismo e Revolução

(continuação da pág. 1)

evitados, em tempo, graças ao esforço das intervenções das forças de segurança, de forças populares, e de algumas entidades verdadeiramente revolucionárias que ocupam funções de grande importância na vida política Nacional, que não têm permitido manobras divisionistas e reaccionárias de outras entidades que não se empenharam e nem se querem empenhar no referido processo.

Gente que foi e que é geralmente decidida, corajosa e dura, e nestas situações até endeusada — é necessário ter coragem e dureza para aguentar o quotidiano da acção — vêem-se, nesta fase da vida política do país, tal como outra tanta gente, ante uma situação para a qual não estavam, de forma alguma preparados.

São estes homens, decididos e duros, que, em face a uma situação que profundamente agrava e ameaça o processo revolucionário, devem assumir e incentivar medidas, se necessário fôr drásticas, para que o avanço deste processo não sofra atropelos, desvirtuações e nem atrasos.

É evidente que tais medidas têm que ser elaboradas e imediatamente executadas não pensadas a nível de política individual, nem de gabinete, mas de uma política prática e para a maioria da população.

Tal política não pode ignorar que existem muitas entidades em funções importantes na vida política nacional e muitos deputados que não servem e nem sequer respeitam as aspirações legítimas das classes trabalhadoras e da grande maioria do nosso País.

Ninguém ignora que a liberdade concedida às forças contra-revolucionárias tem sido enorme, e que as suas manobras têm incidido sobre todas as facetas da actividade económica do país, as quais implicam com a vida de toda a gente. Consequentemente, os resultados dessas amplas liberdades são gravíssimas e não podem continuar e nem ser descuradas.

A continuação de uma política de instabilidade e de crise seria desastrosa; mas não só para Portugal. A entidade colectiva portuguesa sofreria o caos, a desordem, quicá um conflito irremediável. Mas, se tal inconsciência se concretiza, será a classe trabalhadora a que mais sofrerá, pois se destruirá a si mesma ficando ainda por cima com o estigma da responsabilidade do desencadeamento da crise.

A consciência cívica e o espírito de decisão e sacrifício de que tantas vezes têm feito prova os verdadeiros revolucionários, actuará, mais uma vez — estamos convencidos. E, encontrada uma plataforma de acção, sem atitudes absurdas, mas com as concessões acertadas, este momento mau não deixará de passar e a necessária harmonia, para um maior avanço no processo revolucionário, se instituída a todos. É preciso que todo o português verdadeiramente empenhado na revolução sinta, neste momento, uma força de superação das suas próprias limitações e se consciencialize para o facto de que está a escrever História.

É o capítulo que está a escrever, tem necessidade de ser um capítulo ordenado e alegre, em que humanismo e revolução sejam perpetuamente irmanados.

Necessidades dos Deficientes

(continuação da pág. 6)

iniciado pelos principais interessados, pelo que a ADFa, representante dos Deficientes das Forças Armadas, se encontra nesse processo e assumirá as suas responsabilidades.

Disto, temos nós consciência, que é de baixo para cima que os problemas são atacados e não de uma maneira illusória como dantes acontecia que tudo se operava num Governo que nada fazia. Os Deficientes das Forças Armadas e os deficientes em geral têm necessidades prementes que a impaciência exige, e justamente, sejam de imediato satisfeitas.

Perante isso, a ADFa não exitou em se lançar na criação de um Centro de Assistência aos Deficientes das Forças Armadas, que devidamente equipado, possa equacionar toda a problemática dos Deficientes, e dê imediato início à resolução dos problemas práticos.

Esta tarefa, para além de trabalho e dedicação revolucionária, exige um apoio material de que a ADFa não dispõe.

Eis uma breve exposição sobre

o campo fértil onde a Fundação Calouste Gulbenkian poderá semear a sua colaboração.

Estamos certos que a Fundação verá também nesta obra concretizados os puros ideais que a regem.

EDITORIAL

(Continuação da pág. 1)

quistan terras e com elas os escravos ou servos da gleba que lhe pertencem: os primeiros, os trabalhadores, os filhos dos escravos e servos de outrora, são os legítimos senhores das terras que sempre trabalharam, do país que construíram.

Senhores candidatos a Salazares, Caetanos, ou Spínolas, não façam enraivecer mais os trabalhadores, renunciem aos vossos maléficos propósitos.

Tive Que Fugir

(Continuação da pág. 1)

(somente nós), a ter sorte; no entanto, outros rapazes, desde sapateiros, pintores da construção civil, padeiros, etc. (muitos etc.) nem sequer são culpados de os obrigarem a ser enfermeiros; enquanto uns se adaptam à vida da batata branca, outros há que nunca o conseguem; estes últimos, coitados, quando estão sòzinhos de serviço a uma enfermaria, quantas vezes se arrependem de ter nascido, não percebendo sequer que são os únicos que não têm culpa nenhuma de serem enfermeiros, já que os culpados estão na base da Saúde Militar, pois não contratam enfermeiros profissionais para o serviço; é que esses senhores, amigo Manuel, pagam meia dúzia de tostões a um Cabo ou a um Soldado enfermeiro e, se fossem profissionais, teriam que lhes pagar do «bom».

Mas digo mais: no caso de eles ou de suas Exmas. Famílias adoecerem pois têm sempre lugar no Pavilhão da Família Militar, que, como tu muito bem dizes "é um luxo"; sim camarada Manuel é um Luxo; mas é para ELES, para os grandes; quase que me apetecia perguntar porque razão é que uma perna partida deles merece estar mais bem instalada do que a nossa?

E ainda perguntaria mais: esses senhores, com muitos amarelos nos ombros, esquecem-se que nós, Deficientes das Forças Armadas, temos, na maioria, muito mais direito à ocupação desse edifício do que muitos que lá estão?

E dizes a seguir: — «Os médicos, pois era muito bom eu falar deles se eu tivesse capacidade mas como presentemente é ainda uma classe intocável em que eu não lhes posso mandar uma pedrinha deste sítio em que me encontro...».

Não Manuel, não há clases intocáveis; a falares assim, obrigas certas pessoas a pensar que desta a entrevista antes de 25 de Abril; devo dizer-te que me encontro internado no hospital de Egas Moniz — Piso 6 quarto 602 — Rua da Junqueira, onde fui operado ao membro inferior esquerdo; se me perguntares porque razão sendo um Deficiente das Forças Armadas

estou internado num Hospital Civil, dir-te-ei que tive que fugir (fugir é a palavra exacta) do Hospital Militar Principal, depois de lá ter estado durante 12 (doze) anos e de me terem operado 23 (vinte e três) vezes; todos os médicos ortopedistas cortaram quantas vezes lhes deu na realíssima gana e nenhum deles conseguiu fazer nada de válido, antes pelo contrário, tudo ia ficando cada vez pior; mas a este respeito não me adiantarei mais, já que, na altura própria, então sim, direi o que há tantos anos me anda atravessado. Mas, Manuel, as minhas declarações serão feitas com os nomes à frente de todos os médicos que me «trataram».

Não posso, não devo, não quero considerar como tu, a classe médica uma CLASSE INTOCÁVEL; não saberás, por acaso, o nome dos médicos que directa ou indirectamente estiveram dentro da tua doença? Acreditas que, se da parte dessa «classe intocável» tivesse havido mais competência, tu hoje poderias pelo menos ter uma perna? Consideras «classe intocável», médicos que, sabendo que tinhas a doença de Burger não te apareciam durante quinze dias e três semanas? Não Manuel, não os deves considerar como tal; quanto a mim, recuso-me terminantemente a concordar contigo — só neste ponto; e podes estar certo de que, enquanto houver pessoas que trabalham somente a pensar, quantos dias faltam para assinarem o recibo de vencimento, isto nunca mais irá para a frente.

Camarada Manuel, muito mais poderia acrescentar, mas fico por aqui, pois também necessito de matéria para o assunto que dentro de pouco tempo abordarei, caso obtenha autorização do nosso «ELO» para tal.

Para ti vai o meu abraço e desejos de rápida recuperação.

Edmundo Lourenço Pereira da Silva

Sócio da ADFa n.º 1 800

De Soldados Italianos

(Continuação da pág. 6)

reaccionárias e imperialistas, contra a reestruturação que se vem verificando nas Forças Armadas Italianas, actualmente ainda em instrumento de repressão anti-popular; quer dizer lutar pela saída da Itália da NATO, contra o projecto que pretende transformar a Itália na Guarda do Mediterrâneo ao serviço do Imperialismo USA; dizer mobilizarmo-nos contra a sua campanha da Democracia Cristã Italiana, quanto à suspensão da Democracia Cristã Portuguesa que pretende desacreditar o processo revolucionário em Portugal.

O Movimento dos soldados de Trento adere à manifestação nacional de 19 de Abril em Roma, contra as manobras da Nato, da Cia, do Pentagão, visando impedir a evolução da revolução portuguesa e colocar o Povo Angolano nas garras do Neo-colonialismo.

Contra o boicote económico-po-

lítico e militar de Portugal da parte da burguesia imperialista europeia e americana, contra a campanha de obscurantismo e anti-comunismo da Democracia Cristã e dos fascistas em Portugal.

Ao lado da luta dos operários e dos soldados portugueses pela democracia popular, ao lado do Povo Angolano e seus combatentes.

Pela autonomia e neutralidade dos países do mediterrâneo.

O melhor modo para nós soldados anti-fascistas de estarmos ao vosso lado, ao lado de todo o Povo Português, é lutando como diz a "proclamação da marinha portuguesa"... Pela liberdade total dos trabalhadores das garras do capital, por uma sociedade liberta de exploração no futuro, pela felicidade do Povo, pelo socialismo.

Portugal não será o Chile da Europa.

Viva o internacionalismo proletário.

CHILE

Em 11 de Setembro de 1973, o governo constitucional do presidente Allende foi deposto por um golpe militar, no qual perdeu a vida o presidente. Este golpe, o primeiro no Chile em 40 anos, marcou o fim de uma larga tradição de governo democrático e de não ingerência das Forças Armadas chilenas em assuntos políticos e civis. A cadeia de acontecimentos que se seguiram ao 11 de Setembro foi amplamente documentada em relatórios das várias organizações, e em testemunhos individuais. Num ambiente de extrema xenofobia muitos milhares de refugiados e visitantes estrangeiros foram presos ou deportados; milhares de civis chilenos perderam a vida, mortos durante a breve batalha, ou executados sem julgamento ou após conselhos de guerra relâmpagos, levados a cabo poucas horas depois da sua prisão.

Calcula-se que 40 000 chilenos tenham sido detidos, denunciados por vizinhos ou colegas, ou presos pelo exército pelo simples facto de terem participado no governo anterior. Todos os jornais, revistas, radiodifusores e outros meios de comunicação allendistas foram fechados; os seus directores foram mortos, encarcerados ou obrigados a procurar asilo. Todos os partidos políticos que haviam formado a coligação governamental da Unidade Popular foram proscritos: os líderes militantes destes partidos foram submetidos a acérrima perseguição. A Central Única de Trabalhadores foi imediatamente declarada ilegal e os direitos de greve e de livre associação foram abolidos. As forças militares tomaram o controlo das universidades e dos hospitais, e os professores e estudantes partidários de Allende foram expulsos dos centros de ensino. Muitos deles foram detidos.

O golpe militar teve lugar num clima de aguda tensão social, depois de meses de crescente radicalização das facções allendistas e anti-allendistas.

Muitos sectores, incluindo algumas fracções da Democracia Cristã, um partido moderado, tinham favorecido a intervenção armada e em princípio deram a conhecer o seu apoio ao golpe militar. Num ambiente em que os sectores extremistas, tanto de direita como de esquerda, se vinham armando, preparando-se para um possível conflito, era de esperar que a intervenção militar não pudesse ocorrer sem um certo grau de violência.

AS INTENÇÕES DA JUNTA

Alguns optimistas, de pouca visão, tinham a esperança de um rápido retorno a um governo civil. Porém, doze meses depois do golpe, as intenções e política da Junta Militar parecem mais claras. O Congresso continua dissolvido e o «Estado de Guerra», declarado em 22 de Setembro de 1973 encontra-se ainda em vigor. O «estado de sítio», inicialmente declarado por 6 meses por meio de um decreto-lei renovado recentemente por mais 6 meses, limitou drasticamente as liberdades civis, permitindo aos militares prender, interrogar, deter e julgar quem quiserem durante um tempo que lhes apraz, de acordo com a severa legislação penal do Código de Justiça Militar aplicável em «Tempo de guerra».

A tortura foi uma prática usual durante o interrogatório de prisioneiros políticos; as confissões obtidas por estes meios foram aceites como provas pelos tribunais militares. Estas torturas foram levadas a cabo, entre outros, por membros dos serviços de informações que

são unicamente responsáveis perante a Junta pelas suas acções.

As maiores preocupações da Amnesty International são: a libertação dos presos políticos, o tratamento adequado para todos os prisioneiros, com a protecção de um primado de direito. Para tanto, este relatório não descreve as condições gerais que prevaleceram no Chile desde o golpe militar. Não relatamos o drama de milhares de trabalhadores (aproximadamente 200 000) que perderam os seus empregos por razões políticas, muitos deles reduzidos ao estado de miséria, nem detalharemos também a situação crítica nas universidades e instituições semelhantes. Este relatório limita-se a descrever a situação dos prisioneiros políticos: a sua identidade, a sua situação legal, o tratamento que receberam e as condições em que se encontram. É uma premissa fundamental que, onde a independência do poder judicial foi ameaçada ou destruída os prisioneiros não podem esperar tratamento e garantias adequadas. Por esta razão uma grande parte deste relatório é dedicado à análise da injustiça militar no Chile e à descrição dos problemas graves e quase insolúveis que têm de enfrentar os advogados que tentarem levar a cabo uma defesa séria dos presos políticos.

Uma grande parte deste relatório baseia-se em documentos apresentados à A.I. por organizações que têm feito investigações no Chile desde Setembro de 1973 e nas informações da delegação de Amnesty International que visitou Santiago em Novembro do mesmo ano. Além disso, vários juristas que viajaram recentemente no Chile, quer seja como representantes de organizações ou de forma privada, forneceram também informações à Amnesty International. Neste contexto, deve ter-se em consideração que a Junta Militar, apesar de severa censura da Imprensa e da expulsão de numerosos correspondentes estrangeiros, deu aos observadores estrangeiros certa liberdade para realizarem as suas investigações.

Muitos testemunhos foram concedidos confidencialmente por familiares de prisioneiros e pelos próprios ex-prisioneiros que, como é natural, nas condições actuais, não desejam que os seus nomes sejam revelados.

PRESOS POLÍTICOS

Quem são os presos políticos no Chile? Por que estão detidos? De que são acusados? Geralmente a Junta declarou que todos os presos políticos ou participaram na preparação do «Plano Z», ou são culpados dos delitos civis cometidos

durante o período do governo «ilegal» de Allende. No momento de escrever este relatório só uma minoria de presos políticos foi formalmente acusada e entre eles um número ainda menor foi levado a julgamento perante os tribunais militares.

Recentemente uma fonte nos meios jurídicos de Santiago calculou que de mais de 6000 pessoas ainda detidas, só um máximo de 2000 seriam julgadas num futuro próximo; o resto, segundo a mesma fonte, permanecerá em detenção preventiva, indefinidamente, enquanto durar o estado de sítio.

1973/74 — UM ANO DE REPRESSÃO

1973

11 de Setembro — As Forças Armadas Chilenas derrocam o governo de Salvador Allende.

15 de Setembro — A Amnesty International de Juristas fazem uma declaração solicitando às Nações Unidas à vida dos civis e dos refugiados do Chile.

16 de Setembro — O Conselho Internacional da AJ, reunido em Viena, faz um apelo ao novo Governo chileno para que cessem as execuções, as prisões e as ameaças de deportação.

Outubro — Nas Nações Unidas em Nova Iorque, o secretário-geral da AJ, Martin Ennals, recebe o testemunho do ministro dos Negócios Estrangeiros chileno, almirante Ismael Huerta Diaz, que afirma que «a tortura está contra os princípios do Governo chileno» e que todos os prisioneiros teriam um julgamento justo e o direito de apelar para as sentenças. O almirante Huerta Diaz convida a AJ a visitar o Chile e assegura ao sr. Ennals que essa missão terá toda a liberdade para efectuar as suas investigações.

De 1 a 8 de Novembro — A missão da AJ, visita o Chile. Os delegados são: o professor Frank Newman, professor de direito e Bruce W. Summer, juiz do Supremo Tribunal da Província de Orange na Califórnia, e, Roger Plant, investigador no Departamento Latino-Americano da secretaria internacional da AJ. A missão tem por fim: solicitar ao Governo chileno que cessem as execuções. Informa-se acerca dos processos do interrogatório, detenção, acusação e julgamentos. Investigar as denúncias de tortura. Reunir-se com os advogados defensores e aconselhar sobre a ajuda financeira e outras aos prisioneiros e suas famílias.

7 de Dezembro — O professor Frank Newman dá testemunho dos factos observados pela missão a membros do Comité de Negócios Estrangeiros da Câmara de Representantes dos Estados Unidos.

11 de Dezembro — Na conferência da AJ para a abolição da tortura, o presidente Sean MacBride denuncia a tortura no Chile. A AJ envia um telegrama de protesto contra as condenações a prisões muito longas e contra as sentenças de morte.

31 de Dezembro — Envia-se o relatório da missão ao Governo chileno. Numa carta ao general Pinochet, Martin Ennals exige: que cessem todas as execuções e se publiquem as listas dos que tinham sido executados. Que «se tomem e enunciem passos imediatos para

estabelecer tribunais de investigação das denúncias de tortura em que sejam convidados a participar observadores internacionais». Que se publiquem as listas dos detidos para «acalmar os temores das pessoas que não sabem se os seus parentes estarão detidos, nem onde». Que se rescinda da decisão de julgar os membros do Governo de Allende, porque uma legislação que cria um crime retroactivamente «é afronta a qualquer sistema de justiça». Que se ponham em liberdade imediatamente os prisioneiros contra os quais não se tenham documentado acusações preparatórias para um julgamento. Que o Governo chileno «renove as suas promessas de respeitar o direito de asilo».

1974

19 de Janeiro — O Governo chileno faz uma declaração pública repelindo o relatório na sua totalidade sem comentar a existência do seu conteúdo. O presidente do Supremo Tribunal ataca publicamente a AJ no seu discurso anual de inauguração.

28 de Janeiro — Martin Ennals, secretário-geral da AJ, responde numa carta ao general Pinochet A CRÍTICAS FEITAS AO RELATÓRIO;

Fevereiro - Março — O professor Frank Newman testemunha perante a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Maio — O Juiz Horts Woesner do Tribunal Federal da Alemanha Ocidental vai ao Chile em representação da AJ. A sua missão é investigar os procedimentos judiciais e observar os julgamentos da Força Aérea e outras audiências, em Santiago e nas províncias.

3 de Junho — O Juiz Woesner informa que os processos de defesa em Santiago são totalmente inadequados, que a tortura continua e que se ditaram sentenças de morte a dois homens em Valdivia. Estas sentenças foram posteriormente comutadas depois de manifestações de inconformidade por parte de secções da AJ e de outras organizações.

30 de Junho — Acusados de traição, três membros das forças Armadas chilenas e um civil são sentenciados à morte. Martin Ennals, numa carta ao general Pinochet, apela para que as sentenças sejam comutadas. Em 6 de Agosto, como resultado da intensa pressão internacional, as quatro sentenças foram comutadas para trinta anos de prisão.

Durante 1974, a AJ aconselhou às várias missões que foram ao Chile que observassem os julgamentos, se remissem com os advogados defensores, investigassem os casos de tortura e levassem a cabo conciliações para a canalização de ajuda às famílias dos prisioneiros políticos.

As delegações nacionais da AJ, particularmente as da Alemanha, Suécia, Holanda, México e França, ofereceram uma assistência considerável aos refugiados provenientes do Chile, fornecendo algumas vezes passagens transatlânticas.

Em Agosto de 1974, grupos de trabalho da AJ encontravam-se empenhados no trabalho de obter a libertação de aproximadamente 140 prisioneiros chilenos.

(contin. no prox. número)

Do Deficiente para Todos

Camarada e amigo, olha bem para nós!
 Que também temos alma e temos coração.
 E vamos caminhando de frente alevantada,
 Lutando tenazmente pela reabilitação.
 Que tu não penses nunca, mas mesmo nunca mais,
 Como pensava outrora mal esclarecida gente!
 Que nada já podia realizar no mundo,
 O triste, o infeliz, o pobre deficiente!
 Nós, mesmo invisuais podemos trabalhar,
 Temos direito ao amor e a constituir um lar,
 Se já não temos pernas nem braços, não importa!
 Que a alma quando é forte, seu destino suporta!
 Nós queremos trabalhar, também queremos viver,
 Faremos triunfar o amor fraternal;
 Na nossa mocidade já soubemos sofrer,
 E agora lutaremos por um novo Portugal!
 Lutamos pelo direito que temos ao trabalho,
 Somos iguais a ti, mesmo deficientes,
 Que importa isso amigo? Se no trabalho somos
 Tal como um dos melhores, cumpridores competentes!
 Vamos todos lutar, dá-nos a tua mão,
 Somos todos iguais e somos teus amigos!
 Olha bem camarada, eu sou o teu irmão,
 Não queremos nunca mais, nunca mais ser esquecidos!
 Vem junto a nós amigo, leal e camarada!
 Vamos lutar por um mundo todo feito de amor!
 Que o nosso ideal é grande, e por ser puro e belo
 Construiremos juntos um Portugal melhor!
 Temos esperança na vida, nos dias que hão-de vir,
 Iremos de mãos dadas construir este ideal;
 A vida para nós também há-de sorrir,
 Porque nós também somos filhos de Portugal!

ARITMOGRAMA SOLUÇÕES DO PROBLEMA N.º 11

Horizontais: $7 \times 4 + 2 = 30$
 $6 : 1 + 9 = 15$
 $1 + 9 - 5 = 5$

Verticais: $7 + 6 + 1 = 14$
 $4 \times 1 + 9 = 13$
 $2 + 9 - 5 = 6$

2	x		+		=20
+		x		+	
	:		+		=10
+		+		-	
	+		-		=15
=20	=40			=15	



CERTEZAS

Entre ti e a sombra que projectas há mistérios suaves, há seduções, há breves, há efémeras canções a inundar a alma pura dos poetas.

Há o Infinito, o grande e belo sonho dum amor maior, todo ilusão, no mesmo lugar onde a ti te ponho, que trago escondido no coração

Aquela certeza que era só minha daquele amor-paixão que te tinha foi fumo que a brisa já levou.

Mas o grande sonho permanece! Mesmo sem ter aquilo que merece é flor viçosa que não murchou!

António Madeira Santos

Publicações

Recebemos na nossa Redacção as seguintes publicações:

- UNIDADE: Órgão Central do MDP/CDE
- FRONTEIRA: Órgão da LUAR
- LOTTA CONTINUA: Órgão da Imprensa Italiana
- JEUNE GARDE: Órgão do Comité Internacional de Liaison
- EL COMBATENTE: Órgão do PRT (Argentina)
- LA MORA: Órgão do Partido Obreiro Revolucionário Espanhol
- ALAVANCA: Órgão da INTERSINDICAL
- REVOLUÇÃO: Órgão do PRP-BR
- BAIRRADA LIVRE: Órgão informativo de Oliveira do Bairro
- Vida Soviética: Aqui fica o nosso agradecimento e saudações revolucionárias.

PALAVRAS CRUZADAS

PROBLEMA N.º 12

HORIZONTAIS

1 - Dois mil em número Romano; caminhar sem firmeza nas pernas; Quatrocentos em número romano. 2 - Pássaro do Brasil, muito apreciado pelo seu canto agradável; infundir respeito. 3 - Medida Chinesa; mamífero desdentado; vento brando; alumínio (simb. quim.). 4 - Argola; letra grega; mira o que está escrito; nome masculino. 5 - Alegria; cúmplice; carbonato de cal amorfo (pl). 6 - Vogal (pl); dois em número romano; Constelação austral; nome de letra; antiga nota musical. 7 - Incrédulo; vaidosa. 8 - Elemento latino que exprime a ideia de (GRÃO); pequeno cabo náutico de alar. 9 - Pássaros; caruma. 10 - Nome de

Letra Grega; Campeão; Doença; Batráquio; Chispe. 11 - Desgraça; parte do palácio onde estão as odaliscas; desmembras. 12 - Na América chama-se Tio de todos, nome de letra; Mês de Verão no calendário Sírio; destila. 13 - Vogal (pl); depois de coagulado sai do sangue; remoinhos de água; duas consoantes iguais. 14 - Diadema; soltar balidos. 15 - Santíssimo sacramento (Abrev.); deras coices.

VERTICAIS

1 - Paludismo; amasias. 2 - Menina do olho ou pupila; Árvore de S. Tomé (pl). 3 - Aqueles; lavra; Antemeridiano (Abrev.). 4 - Gato (Inglês); tocar na oitava superior; mealheiro (Inv). 5 - Prover de

abas; unidade monetária do Japão (pl); muitas vozes a cantar. 6 - Lendas; gritos de dôr; homem de grande coragem. 7 - Búfalo de Angola; língua que se falava ao Sul de Loire; ruim; animal doméstico (Inv). 8 - Fêmea da formiga saúva (Bras); cem metros quadrados. 9 - Bagaço da uva para agua-pé; satélite de Júpiter; um dos nomes da letra Ele; no meio de Dobar. 10 - Adversário; bigorna sem hastes para cunhar moedas; osso da face. 11 - Vai-te (interj.); Unidade monetária dos E.U. América; Projétil metálico. 12 - Rate; Cavidades no seio da mesoderme e existe nos metazoários; nota musical (pl). 13 - Aragem; fruta do conde; Antes de Cristo. 14 - Indeciso (Adj); mais mal. 15 - Indivíduo que no jogo é de mau agora; molestaras.

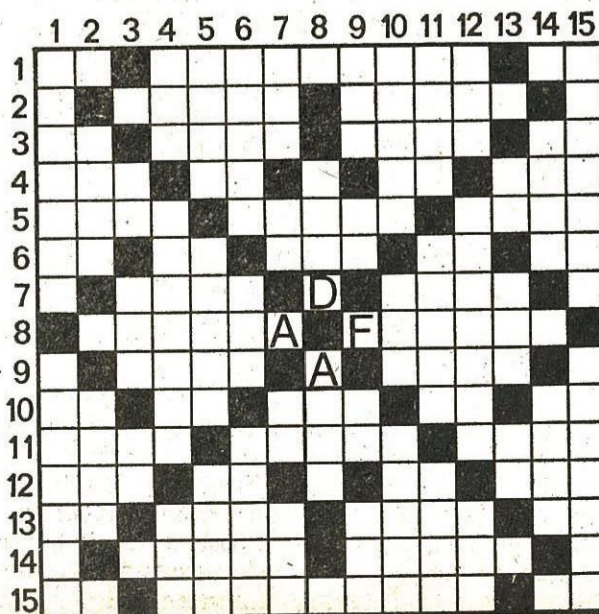
SOLUÇÕES DO PROBLEMA N.º 11

HORIZONTAIS

1 - Moe; Empanar; Ata. 2 - Estiva; rascas. 3 - Atica; Lar; Suave. 4 - Aca; Fadar; Ama. 5 - Aga; Lamojas; Ano. 6 - Ga; Gama; Apar; Or. 7 - Para; Edemas. 8 - Reage; Uta; ASADA. 9 - Em; Ogiva; Iro; As. 10 - Não; ova; Ada; Rim. 11 - Asse; Olaia; Meso.

VERTICAIS

1 - Meã; Agarena. 2 - Ostaga; Emas. 3 - Ética; Pá; Os. 4 - Iça; Gago. 5 - Eva; Larego. 6 - Má; Fama; Ivo. 7 - Lama; Uval. 8 - Azado; Eta. 9 - Rajada; Ai. 10 - Ar; Rapé; Ida. 11 - Ras; Samara. 12 - Sua; Raso. 13 - Acama; Sa; Re. 14 - Tavano; Dais. 15 - Ase; Orgasmo.



Inquérito aos Deficientes das Forças Armadas

Iniciado o levantamento

Apesar de nos ter sido negado pelo Chefe do Estado Maior do Exército, General Fabião, o apoio que nos tinha sido prometido, a ADFA com os meios disponíveis ao seu alcance criou já várias brigadas de deficientes que gratuitamente se ofereceram para efectuar os inquéritos.

Presentemente estão a ser cobertas as Zonas de Porto, Bragança, Viseu e Lisboa. Na Capital funcionam dois pontos de inquéritos. Um na sede da Associação e outro no HMP-Anexo.

Os inquéritos representam para a Associação a melhor base de trabalho para nos podermos lançar numa verdadeira reabilitação e reintegração social de todos os Deficientes das Forças Armadas. Só quando tivermos conhecimento das verdadeiras necessidades que afectam cada um de nós, podermos criar as estruturas capazes de restituir aos deficientes a sua dignidade de cidadão de um país que corre a passos largos e apressados para a via Socialista.

Se perguntarmos quantos somos, onde, e em que condições sócio-económicas vivemos, qual as nossas deficiências, o estado de reintegração social, etc. etc., não sa-

bemos responder. E porquê?... Porque como tantas vezes o temos afirmado, nunca alguém se preocupou em registar tal situação em que nos encontramos. Mas a ADFA não podendo ignorar tal situação meteu ombros a um grandioso inquérito, porque só por meio deste nós conseguiremos atingir o fim a que nos propusemos, ou seja, clarificar pessoas e posições para que futuramente possamos escolher com mais certeza aquilo que melhor nos servirá.

Por tudo isto camaradas, vamos ser receptivos ao inquérito.

Vamos ser nós próprios a responder àquilo que hoje ainda não somos capazes.

O tempo em que os outros pensavam e resolviam por nós e de que tanto nos queixávamos (e queixamos) justamente, está a ser dobrado ou melhor, a tentar-se ultrapassar, mas para isso, teremos de ser todos a participar com determinação e nesta termos o incentivo necessário para que se corrijam erros passados e logo possamos atentamente e com mais unidade prosseguir na caminhada cheia de dificuldades que é afinal a nossa luta.

Assembleia Geral

—Continuaram os esclarecimentos em certas alturas com os ânimos bastante agitados— consequência do abandono a que a maioria dos Deficientes das F.A. foram votados desde 1961.

—A mesa viu-se várias vezes na obrigação de apelar para a calma e para a serenidade.

—A assembleia após os esclarecimentos concluiu que não se poderia acusar o Governo actual de desinteresse pela saída do Decreto uma vez que o mesmo ainda se não encontrava na sua posse e devido ainda ao atraso na sua saída se dever à amplitude do mesmo e que mereceu da parte da Associação com a participação dos associados que às terças-feiras colaboravam na feitura do mesmo em exaustivo trabalho de molde a que nele ficassem englobados todos os deficientes das F.A. em idênticas circunstâncias de Justiça Social sem discriminações de «campanha», «serviço», etc.

—Convém referir alguns dos esclarecimentos dados pela Direcção:

a) O Decreto abrangerá todos os Deficientes das Forças Armadas vivos.

b) O Decreto assenta a pensão (indemnização) na base de 4.500\$00 para o deficiente com

15% de incapacidade, sendo acrescido da percentagem de incapacidade aplicada ao ordenado mínimo Nacional.

Ex: um Def. c/50% de incapacidade terá 4.500\$00 + 50% de 4.000\$00 totalizando 6.500\$00.

c) Para os grandes deficientes (camaradas que não dispensem terceira pessoa) ficarão com direito a um suplemento equivalente ao ordenado mínimo nacional.

d) É considerado Deficiente das Forças Armadas, perante o Decreto, todo o deficiente cuja deficiência reuna nexos de causalidade com o serviço militar.

—Após cerca de 3 horas de debates foi apresentado um requerimento solicitando que se entrasse de imediato na discussão do plano de acção. Colocado à votação foi aprovado, dando entrada na mesa 4 propostas as quais com a aceitação dos subscritores foram condensadas numa única que depois de discutida foi aprovada por aclamação.

—Por último foram apresentadas duas propostas à mesa sobre uma moção de solidariedade com o Povo Angolano, contra os massacres do mesmo perpetrados pelo imperialismo, sendo votada a proposta B.

O Deficiente Cego e o Material Auxiliar

Como é do conhecimento geral, as dificuldades que se deparam a um deficiente cego, são fundamentalmente, de origem comunicativa — comunicação com o mundo exterior e vice-versa.

Do mesmo modo que o deficiente que sofre de amputação necessita de próteses para conseguir a sua recuperação profissional e reintegração social, também os cegos têm necessidade de possuir toda uma série de material mecânico e eléctrico a fim de suprimir alguns condicionamentos resultantes da falta de visão.

A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, conhecedora deste problema e sabendo que o deficiente cego só pode ser recuperado profissionalmente e socialmente se possuir esse material auxiliar, diligenciou junto do HMP, Ministério da Defesa e Estado Maior, no sentido de que fosse atribuído o material que se julgou necessário pelos técnicos de recuperação.

Após um estudo com técnicos e com alguns deficientes cegos, chegou-se à conclusão de que o material a solicitar seria o seguinte:

- Bengala Articulada
- Máquina de Escrever Braille
- Régua de escrita a negro

- Cubarítimo
- Gravador portátil
- Leitor de Cassetes Mark 4
- Ditafone
- Optiscope
- Optacon

e outro que venha a surgir posteriormente.

O assunto foi canalizado através das vias legais e depois de ter sido atentamente debatido, o pedido foi deferido através do officio do Estado-Maior do Exército, que a seguir se transcreve:

«Relativamente ao assunto de fornecimento de material para cegos, comunico a V. Ex.^{as} que concordo com as propostas feitas pelo HMP, que na realidade, resolve o assunto.

O Quartel Mestre General
Ernesto de Almeida Freire
General

A partir de agora, todos os deficientes cegos das Forças Armadas, devidamente reabilitados num centro de recuperação, podem solicitar, através dos serviços de Oftalmologia do HMP, o material acima discriminado.

Para o efeito é apenas necessário apresentar um documento passado pelo centro de recuperação e reabilitação em como frequentou o respectivo centro.

Alerta Camarada Deficiente

Estamos Deficientes porque o governo fascista nos utilizou numa guerra injusta e fraticida, movida na defesa dos interesses do capitalismo.

Fomos durante treze anos considerados inválidos, peso morto, porque o sistema capitalista, na ganância do maior lucro no menor investimento, explorando o trabalhador, estava-se nas tintas para investir na nossa reabilitação profissional.

Lutamos há treze meses para acabar com a esmola, por indemnizações justas, pelo direito ao trabalho, por uma Sociedade sem exploradores.

Desde a formação da nossa Associação, certos «srs», metidos no aparelho de estado e nas próprias Forças Armadas, têm tentado aniquilar a nossa luta, dificultando todo o nosso trabalho de molde a desacreditar junto de ti e da classe trabalhadora, a nossa Associação.

CAMARADA: — O 28 de Setembro e o 11 de Março não eliminaram completamente os reaccionários empenhados em entrar a luta dos Deficientes e de todos os explorados.

A nossa luta, a tua luta, é a luta dum Povo contra o capitalismo pelo Socialismo.

Vivemos num momento em que já não podemos tolerar por mais tempo manobras partidárias divisionistas.

Só organizados revolucionariamente em estruturas apartidárias de base enquadrados com os militares revolucionários, poderemos criar o EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO POPULAR, que força alguma reaccionária interna ou externa poderá destruir.

CAMARADA: — A nossa integração só será total se formos nós, por nossas mãos, a conquistá-la, participando na Revolução Socialista.

Só um governo Popular, onde tu Deficiente tenhas participação activa, poderá solucionar não só o teu problema, mas também o dos trinta mil Deficientes das F.A., dos oitocentos mil Deficientes civis e dos oito milhões de portugueses oprimidos e explorados.

PONT
ZER



O desemprego e outras formas de crises são condições inerentes à transição duma sociedade capitalista para uma sociedade socialista.

Às forças revolucionárias e principalmente ao governo compete a atenuação das crises e o encurtamento do período de transição pondo em execução as medidas adequadas, doa a quem doer.

PARA A HISTÓRIA DA ADFA

Assembleia Geral Extraordinária de 7 de Junho

CONVOCADA COM VISTA À ACELERAÇÃO DA SAÍDA DA LEGISLAÇÃO

— Aos sete dias do mês de Junho de 1975 reuniu a Assembleia Geral Extraordinária com a finalidade de discutir e aprovar um plano de acção eficaz que solucionasse o grave problema de mi-

lhares de camaradas em precárias condições de subsistência.

Os trabalhos tiveram início pelas 15 horas, sendo lidos alguns telegramas de camaradas que se não puderam deslocar e um telegrama da delegação do Porto subscrito por 45 sócios que não achavam oportuna qualquer manifestação.

de 22.

Disse ainda que o Decreto tinha merecido o parecer favorável do Conselho da Revolução e que o Ministro da Defesa estava optimista quanto à sua aprovação em Conselho de Ministros.

Foram depois feitos alguns esclarecimentos aos sócios que os solicitavam sobre a amplitude do

Necessidades dos Deficientes das Forças Armadas

INTRODUÇÃO:

Na data de 17/2/75, a Direcção da Associação dos Deficientes das Forças Armadas reuniu na Fundação Calouste Gulbenkian com o Presidente daquela instituição, no sentido de solicitar uma objectiva colaboração para as tarefas que a nossa Associação se propõe a realizar. Assim reproduzimos na íntegra os Princípios e Objectivos de Necessidades dos Deficientes das Forças Armadas enviados à Fundação Calouste Gulbenkian.

ças Armadas, organizando-se numa Associação Democrática e progressista com força suficiente para derubar todos os imobilismos.

A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, começou a ser uma realidade no dia catorze de Maio de mil novecentos e setenta e quatro, poucos dias após o derrube do fascismo.

Esta ADFA nasceu logo com linhas programáticas bem definidas — REABILITAÇÃO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE TODOS OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS.

Para atingir os objectivos a que se propôs, e sabendo de antemão que o País não possui estruturas capazes de pôr em pé um programa no que respeita à Reabilitação Social, a ADFA decidiu tomar nas mãos essa grandiosa tarefa que por ser grandiosa não deixa de ser urgente.

II

Há neste campo específico e precioso para o desenvolvimento do processo revolucionário, e que mais não é que a libertação e recuperação da dignidade dos oprimidos e explorados, um árduo trabalho a desenvolver.

Verifica-se, como já referido, uma total ausência de estruturas; criá-las é sem dúvida o primeiro passo. Esse passo, dentro dos princípios revolucionários, terá que ser

(continua na pág. 2)

PRINCIPIOS E OBJECTIVOS

I

Ainda no tempo do regime fascista, um punhado de Deficientes das Forças Armadas consciente da utilização criminosa dos jovens Portugueses nas guerras coloniais, procurou alertar o País em geral e os Deficientes em particular sobre as causas e consequências dessa opressão.

Os jovens militares que ficaram deficientes aos milhares eram sistematicamente escondidos do povo em hospitais onde tudo lhes era negado inclusivé a sua dignidade de homens.

Nunca as entidades fascistas se preocuparam em reabilitar estes milhares de jovens que assim se viam votados à marginalização social e profissional.

Contra este estado de coisas se levantaram os Deficientes das For-



Foi apresentado e depois de votado aceite um requerimento para que a direcção fizesse o ponto da situação no que respeita à saída do Decreto-Lei. O ponto da situação foi feito pelo Pardal Maurício em nome da Direcção.

Foi referido pelo Maurício de que o Decreto-Lei se encontrava na sua fase final de elaboração e que só na semana seguinte seria possivelmente entregue às entidades governamentais em número

(Continua na pág. 5)

Decreto-Lei e tempo que o mesmo poderia demorar.

O sócio n.º 18 Nuno José Andrade de Almeida, apresentou um requerimento à mesa solicitando a aprovação de uma possível saída para a rua, depois de longos debates sobre o assunto concluiu-se que seria conveniente continuar um maior esclarecimento sobre a situação do Decreto-Lei que porventura levasse a uma opção de acção consciente e em força.



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES
DAS
FORÇAS ARMADAS

Assinar o «ELO» significa estar de acordo com um conjunto de ideias e sobretudo apoiar os Deficientes na SUA LUTA

Recorte e envie para o JORNAL «ELO» — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO VOSSO JORNAL

NOME

MORADA

ANUAL 60\$00

SEMESTRAL 30\$00

Marque com um X no quadrado respectivo.

De Soldados Italianos para a ADFA

Transcrição de uma carta recebida na ADFA enviada pelos soldados democratas e anti-fascistas que apoiam a luta dos soldados e povo português como sintoma da sua solidariedade militante.

Esta carta foi enviada também para todos os quartéis de Lisboa.

Nós soldados do 4.º Regimento de Artilharia Semovente e do IV Grupo Especialista de Artilharia do quartel Damiano Chiesa, do 2.º Regimento Genio do quartel César Batista de Trento reunidos no coordnamento dos soldados Democráticos e anti-fascistas, estamos ao lado dos soldados e do Povo Português com a nossa solidariedade militante.

O processo revolucionário Português suscitou, e continua a suscitar, um profundo interesse e respeito que prende a atenção de todos os democratas anti-fascistas e revolucionários.

Neste momento, para nós soldados, estar ao lado do proletariado Português, significa em primeiro lugar estar ao lado dos soldados que a partir do 25 de Abril, através da etapa da resposta proletária às tentativas reaccionárias de impedirem o caminho do Povo Português rumo ao Socialismo, estando a construir dia após dia a própria organização, partindo da necessidade de serem os instrumentos protagonistas e impulsionadores do processo revolucionário ao lado da classe operária.

Para nós estar presente, incorporados e não separados da luta do Povo Português, quer dizer empenhamo-nos directamente em Itália, com a classe operária, para levar avante o nosso movimento e pugnar por fazermos parte integrante do proletariado; quer dizer batemo-nos contra as manobras

(continua na pág. 2)